

O grupo como aparelho para pensar os pensamentos: ferramenta ou *ferra-mente*

ANA LUIZA BITTENCOURT BERNI*
FERNANDA PORTO DA SILVA*
KARLA AMARAL*
LISANDRA COZZATTI FUCHS*
LUCIANE ROMBALDI DAVID*

RESUMO - O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as reuniões do grupo de psicoterapeutas do Setor Corpo Clínico do CEAPIA (Centro de Estudos, Atendimento e Pesquisa da Infância e da Adolescência) como uma ferramenta para pensar os pensamentos. Buscamos inicialmente percorrer o aporte teórico de Bion sobre a construção do aparelho psíquico, conceituar a supervisão e os movimentos que ocorrem dentro deste espaço de trocas somado a nossa experiência enquanto grupo. Através da exploração de um ato falho na construção deste artigo, concluímos que o movimento grupal oscila entre momentos em que é ferramenta para pensar os pensamentos e momentos em que *ferra a mente* dos integrantes do grupo. Salientamos que o grupo prevalece como ferramenta, o que faz com que nos mantenhamos coesos, unidos, produtivos e criativos.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento grupal. Supervisão coletiva. Conceitos bionianos.

The group like the psychic apparatus of theory of thinking: “tool (ferramenta) or fits the mind (ferra-mente)”

ABSTRACT - This article presents a review of findings from meetings of a group of psychotherapists from the department of Corpo Clínico of CEAPIA (Centro de Estudos, Atendimento e Pesquisa da Infância e da Adolescência). The purpose of these meetings was to explore the tool known as “ferramenta.” Ferramenta is a like tool, Bion’s theory of thinking. First, we discussed the theoretical contribution of Wilfred Bion’s construction of the psychic apparatus and its influence on the movement and collective supervision of the group adding to our experience. Through the exploration of a failed act during the construction of this article, the group members concluded the discussions oscillated between moments of “ferramenta” and moments in it which fits the minds of the members of the group. We emphasize that the group prevails as a tool which makes us stay cohesive, productive and creative.

KEY WORDS: Group movement. Collective supervision. Bionian concepts

* Psicólogas, Especialistas em Infância e Adolescência (CEAPIA).

Introdução

O ser humano é gregário por natureza, pertencer a grupos faz parte da nossa organização social. O primeiro grupo do qual participamos é a família, depois os grupos de iguais na escola, os grupos de amigos na adolescência e voltamos a formar família na vida adulta. Outra característica da adultez, além da busca de um parceiro e da constituição de uma família, é a participação social através do exercício de uma profissão.

Somos um grupo de psicólogas que trabalha com atendimento clínico. A psicologia clínica é uma profissão solitária, sentimos falta de trocas com outros e as formações psicanalíticas e participação em instituições são um modo de circularmos e pertencermos a um grupo.

A instituição da qual fazemos parte é responsável pelo ensino, atendimento e pesquisa em infância e da adolescência há mais de 30 anos. Estamos inseridas no Setor denominado Corpo Clínico, o qual atende casos de crianças e adolescentes que não foram abarcados pelos terapeutas/alunos do curso de formação ou por outros setores da instituição. O grupo é composto por dez profissionais formados no curso de Psicoterapia da Infância e da Adolescência do CEAPIA, que se reúnem semanalmente, durante uma hora e meia, com o objetivo de discutir os casos atendidos. Contamos com duas coordenadoras que se caracterizam por uma função de supervisão. Os casos, em sua maioria, são de intensa gravidade. O clima que prevalece nas reuniões é de urgência, de dúvidas, de ansiedades e de necessidade de falar.

Como em meio a este contexto é possível produzir algo novo que se reflita em ajuda para o tratamento do paciente em questão? Como é possível sair da reunião com a sensação de estar mais amparada para a próxima sessão com o paciente, quando não se via mais saídas? Como tentar ajudar o colega se está tomado por suas próprias angústias e dúvidas? Como é possível, em meio a tantas urgências, se sentir contido? Como o fato de estar em grupo pode funcionar como facilitador de tudo isso? Essas foram algumas das questões que motivaram e impulsionaram a produção deste artigo. Através do estudo de alguns conceitos de Bion e outros autores, pretendemos compreender os movimentos grupais, ou melhor, o nosso movimento grupal enquanto uma ferramenta facilitadora da produção de pensamentos.

É importante ressaltar que não iremos utilizar para a discussão deste trabalho os conceitos de pressupostos básicos e grupo de trabalho de Bion, apesar da relevância e aplicabilidade dos mesmos, pois iremos nos deter nos conceitos da teoria do pensamento.

A construção do aparelho psíquico: do bebê ao grupo

Assim como o trabalho com grupos instigou Bion a desenvolver estudos acerca da origem e função dos pensamentos, nossa experiência enquanto grupo

nos impulsionou a buscar compreender nosso funcionamento, encontrando no desenvolvimento da obra de Bion conceitos que nos ajudaram nesse objetivo.

Outro autor que utilizamos para embasar a compreensão do nosso funcionamento grupal é Zimerman (2012), a partir do seu entendimento da obra de Bion através do conceito de *Alfabetização Emocional*. Esse conceito foi denominado inicialmente por um discípulo de Bion chamado James Grotstein de *alfa-betaização*. Zimerman sugeriu acrescentar ao termo a palavra *emocional* pelo processo representar uma passagem fundamental na formação das capacidades do ego da criança e do seu desenvolvimento psicomotor. O termo *alfabetização* refere-se à transformação de elementos β (*beta*) em elementos α (*alfa*), conceitos que serão descritos no decorrer do trabalho.

Freud foi o grande inspirador de Bion, e também aquele que primeiro destacou a necessidade de se desenvolver um aparelho psíquico para lidar com um excesso de estímulos mentais, não apenas com a finalidade de descarga, mas um aparelho com capacidade de elaborar de forma ativa esses estímulos (Zimerman, 2004).

Bion parte da frustração das necessidades básicas que são impostas ao lactante para desenvolver a sua teoria do pensamento. Contudo, para ele o que realmente importa é o nível de capacidade do ego em tolerar o ódio que é gerado a partir dessas frustrações. Com isso, podemos ir pensando – assim como Bion destaca dentro de um processo psicanalítico – como nosso grupo se comporta frente às frustrações, se recorre à fuga ou a uma modificação da frustração sentida (Zimerman, 2004).

Seguindo nessa linha de pensamento, quando a capacidade do lactante de tolerar as frustrações for satisfatória, o não-seio se transforma num pensamento, e conseqüentemente, se desenvolve um aparelho para pensá-lo. Por outro lado, a falta de capacidade em tolerar as frustrações poderá interromper o desenvolvimento dos pensamentos, bem como, a capacidade de pensar. Contudo, ressalta-se que a capacidade de pensar, quando já desenvolvida, diminui o sentimento de frustração intrínseca ao reconhecimento da lacuna existente entre um desejo e sua satisfação. Assim, o pensar é compreendido como um desenvolvimento forçado ao psiquismo, pela pressão dos elementos dos pensamentos, e não o contrário. Ou seja, a capacidade para pensar os pensamentos se desenvolve para dar conta dos pensamentos (Bion, 1967/1994).

A função de rêverie da mãe possui papel fundamental no processo de desenvolvimento da capacidade de pensar, pois se refere a um estado mental aberto a receber qualquer tipo de elemento vindo do bebê, acolhendo suas identificações projetivas, sejam elas boas ou más. Em outras palavras, pode-se dizer que é o fator de função α da mãe. Essa capacidade da mãe (ou do psicanalista) diz respeito, então, à possibilidade de permanecer numa atitude de receber, acolher, decodificar, significar e/ou nomear as angústias do filho (ou paciente), para assim, poder devolvê-las devidamente desintoxicadas. Essa condição se assemelha a um estado de sonho, onde a mãe capta o que se passa com seu

filho muito mais pela intuição, do que através dos órgãos dos sentidos (Bion, 1962/1991).

A função α traz a possibilidade do funcionamento amadurecido do ego, ou seja, apresentando capacidade de pensar, abstrair, simbolizar, fazer síntese, sonhar, etc. Os elementos α caracterizam-se pelas impressões sensoriais e as experiências emocionais transformadas, predominantemente, em imagens visuais e utilizadas pela mente para as formações de sonhos e recordações e para as funções de pensar e simbolizar, portanto, estão relacionados ao abstrato. A função α é indispensável à mãe/cuidador, para que o filho possa também ter capacidade de desenvolvê-la (Bion, 1962/1991).

Por outro lado, os elementos β se relacionam com o concreto, caracterizando-se como experiências sensoriais e emocionais muito primitivas. Esses elementos possuem uma natureza proto-mental, não estão relacionados à função de pensar, mas sim, à necessidade de serem evacuados do psiquismo devido ao excesso que acarretam. Quando as impressões sensoriais e as experiências emocionais não podem ser transformadas, elas precisam ser expulsas e evacuadas, como ocorre nos *actings* (Bion, 1962/1991).

Relacionando esses conceitos com nosso grupo de supervisão percebemos a importância de um grupo continente, capaz de uma função de rêverie e podemos pensar em uma “rêverie grupal”, em que o próprio grupo, por sua constituição, funciona como uma possibilidade de acolher, decodificar, transformar e nomear as angústias presentes. Nós, terapeutas, necessitamos deste tipo de espaço para poder transformar o que sentimos e experienciamos intensamente em sessão com nossos pacientes. É a partir desta elaboração que podemos trabalhar de forma mais adequada, já que mais conteúdos transformados e maior propriedade dos conteúdos despertados podem significar maior possibilidade de acolhimento e continência por parte do terapeuta.

Os elementos β , conforme Bion (1967/1994) são também considerados falhas no desenvolvimento de um aparelho para lidar com os pensamentos, já que apresentam-se como aglomerações de experiências emocionais e impressões sensoriais sem possuírem um significado compreensível. Por exemplo, quando a criança está tomada de elementos β , ela pode chorar, ter medo de estar morrendo, se inflar de ansiedade, voracidade, desespero, culpa e, nesse momento, é fundamental a interferência da mãe/cuidador, acolhendo-a e dando as traduções necessárias para as suas necessidades. Ou seja, segundo nosso entendimento acerca da teoria de Bion, corroborado pela teorização de Zimerman (2012) sobre a mesma, acreditamos que conforme a mãe/cuidador atende o seu bebê, os elementos β encontram um objeto que oferece a continência de seus conteúdos agressivos e os transformam em elementos α (Bion, 1963/2004).

Dentro de um desenvolvimento satisfatório, essa mudança ofertada pela figura materna, que aceita e recebe os terrores da criança e transforma-os através de sua função α , vai integrando-se à personalidade. A função alfa é aquela relacionada às mudanças e às associações do pensar no indivíduo (Bion, 1963/2004).

Ao pensarmos nosso grupo de supervisão coletiva, podemos compreendê-lo funcionando como um aparelho para pensar nossos pensamentos. À medida que cada integrante traz aos demais suas dúvidas e inquietações a respeito dos casos atendidos, o grupo se encarrega da tarefa de organizar esses pensamentos, servindo, portanto, como um continente onde esses conteúdos podem ser projetados e conseqüentemente, transformados.

No entanto, nem sempre se consegue a produção de elementos α , e o resultado é uma reunião confusa, desagregada e geradora de maior ansiedade. É a própria invasão de elementos β , onde o grupo acaba funcionando como mero recipiente, incapaz de tolerar e transformar os elementos β projetados.

Bion (1967/1994) desenvolveu o conceito de continente (container), como a capacidade da figura materna de conter as angústias, as dores e necessidades de seu filho. A mãe continente é capaz de “segurar”, através do seu aparelho mental desenvolvido, as ansiedades do bebê e devolvê-las de maneira transformada, tranquilizando a criança. Na situação de análise, Zimerman (2001) aponta que o psicanalista deve exercer a função de ser continente dos aspectos destrutivos e agressivos de seus pacientes, aguentar e conter dentro de si essas angústias para então devolvê-las em doses pequenas e devidamente desintoxicadas e nomeadas através da interpretação.

Desta forma, podemos referir esse mesmo funcionamento ao grupo de supervisão, onde esse trabalho de transformação dos conteúdos deve ser realizado, não somente pelas coordenadoras/supervisoras responsáveis, como também por todos integrantes que fazem parte da discussão dos casos. O grupo pode se apresentar como o continente dos conteúdos provenientes do material trazido por um colega, bem como, um integrante do grupo pode se colocar no lugar de conter os conteúdos do grupo e/ou de outro integrante individualmente.

Destaca-se que não devemos confundir a função de continência, a qual representa um processo ativo, com recipiente, que por sua vez serve apenas como depositário de conteúdos e elementos β (Zimerman, 2001).

Desta forma, o grupo como aparelho para pensar os pensamentos deve adquirir a capacidade de tolerar as frustrações provenientes de cada caso, ou mesmo do próprio funcionamento do grupo, para assim, conseguir alcançar a modificação dos conteúdos que se apresentam. Do contrário, corre-se o risco de se criar a impossibilidade de pensar, partindo-se para a fuga da frustração, onde os conteúdos passariam a ser somente evacuados, numa tentativa de apenas livrar-se do acúmulo de conteúdos indesejáveis.

Supervisão: quanto mais olhos, mais se enxerga?

A supervisão é considerada um processo complexo e um tipo essencial de aprendizagem. O terapeuta compartilha com um colega mais experiente os relatos de sua prática clínica, com o objetivo de trocar ideias e esclarecer dúvidas

sobre a compreensão e o manejo do tratamento do caso em questão (Rocha, 2001). É tida como parte do tripé da formação profissional do psicoterapeuta, juntamente com a análise pessoal e o estudo (Zaslavsky, 1999).

Sendo um espaço de ensino-aprendizagem e de relação bipessoal, a supervisão acaba por despertar sentimentos tanto no supervisor quanto no supervisionando (Zaslavsky et al., 2003), estando sujeita às comunicações conscientes e inconscientes, como qualquer relação humana (Ribeiro & Wiernman, 2004).

Um bom relacionamento com o supervisor pode ajudar o terapeuta a tolerar mais facilmente suas ansiedades, sendo uma boa capacidade de ser continente uma das características fundamentais para que o supervisor se torne um facilitador do processo de aprendizagem do terapeuta (Zaslavsky, 1999).

Sei e Paiva (2011) comentam sobre como a supervisão deve ser também um ambiente de holding, de respeito e de acolhimento das angústias dos membros do grupo, onde possam se colocar de forma livre e verdadeira, sem tantas defesas. Para tanto, é importante o que Aguirre (2000) enfatiza, como a necessidade de haver um clima de tolerância, cooperação e respeito entre os integrantes do grupo de supervisão, para que o supervisionando sinta-se acolhido para compartilhar o que foi vivenciado em sessão.

Contudo, pode-se pensar que numa supervisão em grupo torna-se, por vezes, um desafio maior a manutenção de um ambiente mais afetivo e contenedor, visto se tratar de um grupo de pessoas com histórias, interesses e personalidades diferentes, montando um conjunto de fatores muito mais complexo do que o estabelecido por uma dupla.

É esperado de uma dupla de supervisor-supervisionando que possam ser criativos, através de uma parceria de investigação e apreensão dos fenômenos estudados, na busca por novas visões e compreensões da clínica (Ribeiro e Wiernman, 2004). Neste sentido pensamos que nossa experiência em grupo facilita a troca e até mesmo o repertório criativo de novas visões e possibilidades de compreensão e manejo do material clínico apresentado, visto que somos várias mentes pensando sobre um mesmo material. Corroborando esta ideia, Fuks (2002) considera positiva a supervisão em grupo, na medida em que abre espaço para entrar em contato com diversos outros pacientes e formas de agir e pensar.

Em relação a isso, podemos aproveitar as ideias de Bion (1962/1991), que considera importante para o aprendiz, o aprender a partir da experiência. A experiência emocional é capaz de causar mudanças comportamentais. Dentro desse modelo, se espera que a supervisão possa ser bem sucedida e resulte em mudança interna e crescimento para o psicoterapeuta. Para tanto, o supervisor precisa poder tolerar o desconhecido e a ansiedade que pode ser gerada, e confiar que o terapeuta possa internalizar bons aprendizados e vivenciar verdadeiramente isso em sua prática clínica com o paciente. Pensando em supervisão de grupo, esse aprendizado pode ser vivido a partir das experiências dos colegas.

Durante o trabalho de supervisão vai se construindo a intersubjetividade da dupla ou do grupo. Vão surgindo metáforas e formas de comunicação, modelos para dar conta da experiência analítica vivida pelo paciente e seu terapeuta. Essas características ajudam na geração de condições para o melhor entendimento (uma nova maneira de ver e entender o caso) e desenvolvimento da função terapêutica (Caiafa, 2004).

Dentre tantas funções que a supervisão desempenha se pensa que ela deve atuar como modelo de identificação para o supervisionando, além de poder trazer aspectos técnicos e teóricos (Germano e Bernardi, 1996). Podemos pensar o supervisor como um continente das angústias que o terapeuta não deu conta sozinho. Um grupo de supervisão poderia então ser pensado como mais continente para as angústias sentidas em sessão se comparado a uma supervisão individual?

Afinal, grupo como ferramenta ou *ferra-mente*?

Após o percurso através dos conceitos de Bion e de supervisão é chegado o momento de integrar as partes, transformar os “elementos β ” deste artigo em “elementos α ”, unir os saberes com foco no nosso movimento grupal. A respeito desse movimento, estávamos reunidas escrevendo este artigo, uma integrante no computador digitando enquanto as demais faziam suas associações. Quem estava escrevendo cometeu um ato falho: ao invés de escrever ferramenta, escreveu “*ferramente*”. Deu-se conta e mostrou para as colegas, que juntas pensaram em aproveitar esse lapso para a construção desse trabalho.

Acreditamos que o grupo pode ser uma ferramenta para pensar os pensamentos. No dicionário da língua portuguesa (Bueno, 2000), ferramenta significa instrumento, utensílio de ofício, ou seja, o nosso grupo agindo como instrumento do nosso ofício, como espaço para pensar, criar, produzir.

Porém, este espaço que é ferramenta por vezes também “ferra a mente” dos integrantes do grupo. A palavra ferrar tem como significado pôr ferraduras em, marcar com ferro quente, lascar, desgraçar, estrepar (Bueno, 2000), neste sentido, o movimento grupal é compreendido como impedimento para a produção de pensamentos.

Quando as pessoas se reúnem para realizar uma tarefa existem dois tipos de tendência que divergem: uma se dirige a realizar a tarefa e outra se opõe à realização da mesma, que acaba sendo atrapalhada por uma atividade mais regressiva e primária (Grinberg et al, 1973). Observemos a seguir essas duas tendências:

Grupo como *ferra-mente*

Há momentos em nosso grupo em que, quando alguém começa a falar de algum paciente grave, os colegas ficam dispersos, seja em conversas paralelas,

seja mobilizando o colega com muitas perguntas sobre o caso que acabam por tirar o foco sobre as questões e dúvidas que levaram-no a trazer o material para supervisão.

Os conteúdos graves dos casos dão margem para dissociações e dispersões justamente pela intensidade do que mobilizam em cada um, tornando difícil focar na tarefa de se ater ao caso e aprofundar nas inquietações do colega. Desta forma, podemos pensar que as ansiedades do terapeuta responsável por aquele paciente são projetadas nos demais membros do grupo, que estão tomados por suas próprias angústias frente aos seus pacientes. Assim, entendemos que elementos β ricocheteiam dentro do grupo, fazendo com que a ansiedade seja acrescida, ao invés de apaziguada e metabolizada.

Nestes momentos, o grupo fica como mero recipiente destes elementos e por vezes saímos ainda mais angustiados da reunião, como um bebê frustrado pelo ambiente que não acolheu, metabolizou e devolveu de forma mais elaborada suas angústias.

Como exemplo podemos citar o momento em que um colega chega para a reunião referindo urgência em compartilhar o material de um paciente, pois estava extremamente invadido por ansiedades despertadas na sessão com o mesmo, necessitando que suas angústias fossem acolhidas e transformadas. Durante a reunião percebe o grupo desfocado e pouco aberto para receber o seu material, talvez devido às próprias angústias de cada integrante. O resultado é a intensificação das ansiedades, já que os elementos não puderam ser recebidos e decodificados e o grupo funcionou como um recipiente, apenas, desses elementos, e não como um continente.

Podemos relatar, ainda, o caso de uma terapeuta que levou para o grupo suas dúvidas técnicas de como agir com relação às sessões de uma paciente com suspeita de abuso sexual. O grupo mostrou-se disperso, apresentando dúvidas e sugestões antagônicas de como a colega poderia agir tecnicamente com a paciente. A terapeuta saiu atordoada da reunião, sentindo-se ainda mais confusa do que quando levou ao grupo suas dúvidas.

Nos dois exemplos citados acima o grupo não pôde ser continente e funcionou como *ferra-mente*, onde obstruiu os processos de pensamento, prevalecendo mecanismos dissociativos.

Grupo como ferramenta

O grupo é ferramenta quando é continente, quando ajuda, quando agrega, quando suporta. Como no dia em que uma colega, bastante angustiada com as recorrentes faltas de um paciente grave - deprimido e desamparado - tendo a sensação de já ter esgotado as intervenções e interpretações possíveis, divide com o grupo todas essas percepções e é escutada atentamente por todos. Surgem algumas compreensões, alguns questionamentos e dúvidas, até uma colega

comentar que esta situação muito lhe lembrou um caso que atendeu, com estas mesmas características e compartilhou com o grupo como trabalhou a questão da falta com sua paciente. Tal forma de entender a falta e interpretá-la fez muito sentido para a colega que apresentava o caso, tendo saído da reunião sentindo-se mais instrumentalizada para buscar, mais uma vez, dar um sentido para este comportamento repetitivo do paciente. Numa próxima sessão, o paciente compareceu e a falta foi “escutada” de uma outra forma, agora mais simbolizada a partir de uma experiência compartilhada e pensada no grupo. O paciente respondeu a esta interpretação reorganizando seu padrão de comportamento com suas sessões, podendo estar presente concretamente em seu tratamento e a evolução do caso tomou um rumo inesperado e positivo. O grupo foi sim uma ferramenta importante e facilitadora do trabalho terapêutico desta dupla.

Em uma reunião outra colega estava tomada pela gravidade e desorganização de um paciente em avaliação. Estava com receio de não ter tempo suficiente para pôr em palavras suas dúvidas e assim poder ser auxiliada no andamento do caso, já que atenderia os pais do paciente logo após o término da reunião. Quando então pode falar, colocou que estava achando o paciente muito desorganizado, os pais estavam trazendo-o para a sessão com cerca de 20 minutos de atraso, pareciam não se conectar com a gravidade do caso. A terapeuta estava insegura quanto a esclarecer aos pais o risco do filho não ter uma continuidade e assiduidade já durante a avaliação. As coordenadoras e os colegas de equipe escutaram e fortaleceram as indicações que a terapeuta pensava em dar aos pais. Ela sentiu-se mais segura e amparada. Após o atendimento enviou uma mensagem ao grupo compartilhando a sensação de ter tido uma sessão produtiva com os pais, que puderam ouvir e se conectar, parecendo concordar com as indicações.

Podemos pensar que a função de continente do grupo obteve êxito enquanto ferramenta de trabalho e a terapeuta levou consigo, para o atendimento, a compreensão, a segurança e a serenidade passada pelos integrantes do grupo.

E quando *ferra-mente* vira ferramenta?

Após este percorrido pelos movimentos de *ferra-mente* e ferramenta, nos questionamos se existe alguma possibilidade de sermos ferramentas sem passarmos pela vivência de ferrar nossas mentes. A natureza humana tende à homeostase, o que faz com que as pessoas busquem sempre estar em equilíbrio. O estado de inércia é prejudicial à aprendizagem, pois para adquirirmos novas habilidades e conhecimentos é preciso estar em constante movimento.

Angústias, dúvidas e incertezas nos impulsionam a produzir pensamentos e atos criativos, o que nos leva à reflexão de que este fenômeno de ferrar a mente pode sim se transformar em uma ferramenta, na medida em que *ferra-mente* deixa marcas e essas podem ser mobilizadoras, no sentido de movimentar os

terapeutas para que, através de seus próprios recursos internos, possam lidar com as questões suscitadas pelos atendimentos e pela supervisão em grupo e encontrar saídas e soluções.

Considerações finais

Um grupo de supervisão poderia então ser pensado como mais continente para as angústias sentidas em sessão se comparado a uma supervisão individual? Acreditamos que a supervisão em grupo pode ser continente. Mais olhares sobre o mesmo caso podem ampliar a visão do mesmo, são mais continentes para quando um conteúdo precisa ser despejado e metabolizado. No entanto, não podemos fazer um juízo de valor e pensar em qual tipo de supervisão valeria mais como continente de nossas angústias, mas podemos afirmar, a partir de nossa experiência e do que discutiremos ao longo do artigo, que o grupo pode funcionar de forma produtiva e capaz de conter e transformar as angústias de seus integrantes.

Pensando sobre a nossa experiência enquanto grupo, acreditamos que poder acompanhar o caso de um colega, entender os sentimentos envolvidos, pensar em como o terapeuta agiu na situação, avaliar se surtiu bons efeitos ou não no tratamento, pode ajudar muito aqueles que assistem também a adquirirem novos conhecimentos.

Aguirre (2000) compartilha desta visão, à medida em que refere algumas características positivas do trabalho de supervisão em grupo, como o fato de poder trazer ganhos no sentido de se compartilhar experiências, de ver-se por meio do outro, de identificar-se com as percepções do colega. Acreditamos que esses processos podem ser comparados à função de rêverie da mãe/terapeuta/grupo para com o bebê/paciente/terapeutas, na qual, conforme nosso entendimento, os elementos β são transformados em α , compartilhando-se de uma experiência de troca, metabolização e elaboração.

Se existe um fator a ser considerado como o mais positivo de uma experiência de supervisão em grupo, este certamente é a troca de vivências e a possibilidade de identificação com o colega.

No entanto, também percebemos, a partir de nossa vivência, como o modelo de trabalho em grupo por vezes dificulta o aprofundamento dos casos, principalmente por se tratarem de casos extremamente graves em sua maioria e exigirem medidas práticas com bastante frequência.

Além disso, em determinados momentos há um fator concreto que dificulta a possibilidade dos outros fatores mais subjetivos serem trabalhados e o grupo acaba funcionando apenas como recipiente, ou seja, sem a possibilidade de transformação dos elementos β . O espaço de tempo, pela reunião ter duração de uma hora e meia apenas e por uma grande demanda de casos, se torna insuficiente para que todos possam dividir suas angústias e inquietações, bem

como, não permite o aprofundamento do entendimento dos casos. Muitas vezes saímos da reunião não mais instrumentalizados, mas talvez mais aliviados por termos podido dividir alguma situação, por mais que esta não tenha sido transformada.

Lembramos também que o grupo possui uma outra ferramenta que utiliza proveitosamente. Todos os meses é convidado um outro profissional da Instituição e elegido um caso a ser supervisionado por esse. A reunião é toda dedicada para este caso específico, o que permite um maior aprofundamento do mesmo. Tal supervisão ajuda o grupo a repensar; reorganizando ideias, ajudando na continência das angústias e instrumentalizando tecnicamente os terapeutas na compreensão e entendimento dinâmico do caso.

Seguidamente nos perguntamos, enquanto grupo/Setor do CEAPIA, o que nos caracteriza? Seria a discussão sobre técnica de atendimento? Seria o atendimento de casos graves? E se for isso, o que então nos motiva a estarmos presentes semana após semana, nos reunindo e discutindo os tais casos graves? Essas são algumas das perguntas que nos fazemos e para as quais não temos uma resposta precisa.

Está aí um exercício diário em nossa profissão, perguntas para as quais não temos respostas exatas, seja para os questionamentos de nossos pacientes, seja para nossos próprios questionamentos.

Sem dúvida, o que nos caracteriza é o olhar para com o outro, a qualidade do olhar para com nossos pacientes, os multi-olhares. Somos várias mentes pensantes que se permitem empatizar e muitas vezes invadir pelas angústias dos colegas e seus pacientes. Metabolizamos coletivamente e trabalhamos arduamente para elaborar e chegar o mais próximo possível de uma solução, ainda que de vez em quando se faça necessário levar uma guloseima para adoçar o peso da digestão da gravidade que circunda os assuntos tratados nas reuniões.

Nos reunimos para falar sobre o fazer na/da clínica, independente da estrutura e diagnóstico do paciente. Sorte a nossa podermos compartilhar desse espaço para pensar os pensamentos, questionamentos e inquietações, espaço de continência e colaboração mútua onde trabalhamos para evitar que as angústias se transformem em atuações, onde podemos falar sobre o fazer de modo a não fazer sem pensar, sem compreensão.

Talvez o essencial seja nos questionarmos constantemente, pois respostas exatas encerram/saturam pensamentos e nós somos um grupo em constante criação, movimento, abertura e produção.

Referências

Aguirre, A. M. B. A (2000). A primeira experiência clínica do aluno: ansiedades e fantasias presentes no atendimento e na supervisão. *Psicologia: Teoria e Prática*, 2 (1), p. 3-31.

Bion, W.R. (1962/1991). *O aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago.

- Bion, W.R. (1963/2004). *Elementos de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
- Bion, W. R. (1967/1994). *Estudos psicanalíticos revisados*. Tradução: Wellington M. de Melo Dantas. 3 ed. Rio de Janeiro: Imago.
- Bueno, S. (2000). *Silveira Bueno: minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD.
- Caiafa, C. L. De (2004). Comentários sobre o trabalho: “supervisão: exercício da função paterna em psicanálise”. *Revista brasileira de psicanálise*, 38 (1), p. 77-81.
- Fuks, L. B. (2002). Formação e supervisão. *Psicanálise e Universidade*, (16), p. 79-91.
- Germano, V., Bernardi, R. (1996). As funções múltiplas do supervisor, os seus relacionamentos com o supervisionado, o analista do supervisionado, o paciente, o quadro de referência teórico e a instituição de treinamento. In: *revista de psicanálise da sociedade psicanalítica de Porto Alegre*, 3(2).
- Grinberg, L., Sor, D., Bianchedi, E. (1973). *Introdução às ideias de Bion*. Rio de Janeiro: Imago.
- Ribeiro, M. M. de M., & Wierman, M. L. (2004). Supervisão: exercício da função paterna em Psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 38(1), p. 59-76.
- Rocha, N. S. (2001). Supervisão em psicoterapia de orientação analítica: a perspectiva de uma amostra de supervisionandos de Porto Alegre, Brasil. *Revista Brasileira de Psicoterapia* (Porto Alegre), 3(3), p. 213-228.
- Sei, M. B.; Paiva, M. L. C. (2011). Grupo de supervisão em Psicologia e a função de holding do supervisor. *Psicol. Ensino & Form.*, Brasília, 2(1), p. 9-20. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612011000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 ago. 2016.
- Zaslavsky, J. (1999). Supervisão em Psicoterapia de Orientação Analítica. In: *Revista Brasileira de Psicoterapia - CELG* (Porto Alegre), 1 (1).
- Zaslavsky, J., Nunes, M. L. T., & Eizirik, C. L. (2003). A supervisão psicanalítica: revisão e uma proposta de sistematização. *Revista de Psiquiatria do RS*, 25(2), p. 297-309.
- Zimmerman, D. E. (2001). *Vocabulário contemporâneo de psicanálise*. Porto Alegre: Artmed.
- Zimmerman, D. E. (2004). *Bion: da teoria à prática - uma leitura didática*. Porto Alegre: Artmed.
- Zimmerman, D. E. (2012). *Etiologia de termos psicanalíticos*. Porto Alegre: Artmed.